

Morar perto exige mais respeito

Morar perto de parentes pode ser bom, desde que um respeite o espaço do outro. Essa é a orientação de especialistas, quando o assunto é a proximidade entre as residências de pais, filhos, tios, avôs e sobrinhos.

A psicóloga Débora Monteiro Coelho explica que a proximidade pode ser boa ou ruim. Isso, porque famílias que moram próximas tendem a ser mais unidas. Mas, por outro lado, existe o risco de criar filhos mais dependentes.

“Se o filho casa e vai morar perto dos pais pode prejudicar a família que está formando, por conta dessa dependência”, destaca a especialista.

A psicóloga Vânia Teles concorda que há pontos positivos e negativos. Próximo à família, segundo a especialista, a pessoa conta sempre com o suporte

emocional quando tiver em apuros, sem falar que um participa do cotidiano do outro.

“No entanto, essa participação traz uma intimidade que pode gerar conflitos e desentendimentos. Agora, se o filho está longe dos pais as brigas diminuem, mas não há como obter essa ajuda emocional”, avalia.

Já o psicólogo e psicoterapeuta Nildson Alves Cabral afirma que se houver respeito ao espaço do outro todos viverão em harmonia. Ele ressalta que o desrespeito à individualidade gera muitos conflitos nas famílias.

“Isso vale tanto para quem mora perto quanto para quem divide o mesmo teto. A proximidade pode ser boa quando o interesse dos membros do grupo familiar é o crescimento e o bem de todos.”

Arquivo/AT



“Intimidade que pode gerar conflitos”, diz a psicóloga Vânia Teles

AS DICAS DOS ESPECIALISTAS

- Respeitar as diferenças.
- Os membros da família devem ter espaço para a sua individualidade.
- É importante que a família tenha projetos em comum.
- Nas tomadas de decisão, ouvir a opinião dos outros membros envolvidos.
- Dar atenção aos filhos. Estar presente.
- Passar valores importantes como amor e afeto.

- Não abrir mão das horas de lazer com os filhos.
- Trocar idéia, conversar, dialogar.
- Evitar comportamentos que possam gerar brigas e desentendimentos.
- Pensar no bem-estar da família.
- Família unida significa maior preparo para enfrentar as dificuldades.

Fonte: *Especialistas consultados.*

ANDRESSA CARDOSO/AT



Ana Luíza com os filhos e netos

“COBRAR FAZ TODA A DIFERENÇA”

A professora Ana Luíza Siqueira de Paula, 57, conseguiu manter a união da família mesmo com a morte do marido, Elifas Carneiro de Paula, há oito anos. O casal teve os filhos, Ana Claudia, 33, Wander, 30, e Leandro, 25.

Ana Claudia é casada e possui dois filhos, Vitor, 5, e Laís, de quase um ano, o que não a impediu de ser “unha e carne” com a mãe.

A matriarca revela que o marido tinha muita preocupação com os laços familiares e os filhos foram criados com amor, atenção e noções de limite. Ela acredita que cobrar é importante e faz toda a diferença.

Entre os programas que sempre fizeram juntos estão as viagens, além dos jogos de baralho e dominó, todas as noites, para tirar as crianças da frente da TV. Os jogos continuam, mas por conta das ativi-

des semanais de cada um não são mais tão frequentes.

“No Natal, vamos todos para a casa da família do meu genro e no Ano Novo também estamos juntos, seja em alguma viagem ou não. Hoje em dia, as famílias se preocupam tanto com o trabalho que os filhos ficam por conta de outras pessoas. Com isso, perde-se um pouco do sentido familiar”, opina a professora.

informe publicitário

Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias



O CONTRATO DE CONCESSÃO DA RODOSOL

1. A Associação Brasileira de Concessionária de Rodovias – ABCR vem manifestar publicamente sua preocupação com a notícia de que o Governo do Estado do Espírito Santo, antes mesmo da realização de qualquer estudo técnico, decidiu encampar sua única concessão rodoviária, que compreende a Terceira Ponte sobre o canal de acesso à baía de Vitória e à rodovia Vitória-Guarapari/Moaipo.

Impressiona o fato de essa decisão não ter sido formalmente comunicada à Concessionária Rodovia do Sol – Rodosol, mas ter sido objeto de matérias e entrevistas à imprensa por parte de representantes do Governo. Não menos preocupante é a declaração de que ainda não existe qualquer estudo que demonstre a alegada onerosidade da concessão, que motivaria tal decisão.

2. O contrato de concessão vem sendo cumprido regularmente pela concessionária há nove anos, com elevado grau de aprovação dos usuários. A ligação rodoviária Vitória-Guarapari, antes um exemplo de via problemática, com grave histórico de acidentes fatais, passou a ser feita em rodovia com pista dupla, construída pela concessionária, que recebeu sucessivos prêmios nacionais de reconhecimento da excelência de sua operação, e de padrões de segurança e ambientais.

3. O volume de tráfego rodoviário ainda está abaixo dos níveis estabelecidos no edital de concorrência, que serviram de base para a formulação da proposta econômica. Registre-se que o risco do tráfego é da concessionária e que as tarifas estão defasadas, tendo em vista a sistemática recusa pelo poder concedente de aplicação, nas datas previstas no contrato de concessão, da cláusula que determina o seu reajuste anual com base em critério nela definido.

4. O Poder Executivo, autorizado por lei, pode encampar a concessão, mas este procedimento não é adotado no país há mais de quarenta anos. A encampação implica a decisão política de aplicar recursos públicos escassos para a indenização do concessionário, que deve ser prévia e compreender o ressarcimento de todas as perdas decorrentes de a empresa não alcançar os resultados econômico-financeiros previstos no contrato, nos termos nele expressamente estabelecidos.

A realização desse dispêndio público, se concretizada, poderia vir a favorecer, em uma visão de curto prazo, os usuários da rodovia encampada, dentro de um contexto de disputa de natureza eleitoral, sacrificando o atendimento, a longo prazo, de necessidades gerais da população - que deve ser a destinação primeira dos recursos públicos - em setores como segurança, saúde e educação.

5. Esses fatos ganham relevo especial porque ocorrem no momento em que o programa de concessão de serviços públicos, especialmente da infra-estrutura rodoviária, vem sendo estimulado para promover a sua recuperação, melhoria e ampliação.

O sucesso deste programa depende das garantias oferecidas pelo poder público e da confiança dos investidores privados de que os contratos serão respeitados no âmbito de um marco regulatório que não pode prescindir de uma relação de boa-fé e do respeito mútuo, que devem prevalecer permanentemente entre o poder concedente e seus concessionários.

6. A ABCR está convicta de que se aguardará a conclusão dos estudos contratados para se tomar a decisão que melhor atenda ao interesse do Estado do Espírito Santo como um todo, o que, certamente, é o princípio que norteia as suas autoridades.

MOACYR DUARTE
Diretor-Presidente – ABCR